







OBRAS ESCOLHIDAS

TOMO V (1974-1975)

Autor: ÁLVARO CUNHAL

Capa e arranjo gráfico: José Serrão

© Editorial «Avante!», SA, Lisboa — 2014

Tiragem: 1500 exemplares

Impressão e acabamento: SIG — Sociedade Industrial Gráfica, L.^{da}

Data de impressão: Junho de 2014

Depósito legal n.º

ISBN 978-972-550-422-2

Prefácio

«As revoluções são as locomotivas da história.»

Karl Marx, *As Lutas de Classes em França*,
in K. Marx/F. Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos,
Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo,
1982, t. 1, p. 285.

Com este tomo V das Obras Escolhidas de Álvaro Cunhal inicia-se uma nova fase da publicação da sua produção teórica em correspondência com o novo ciclo do processo revolucionário aberto pela revolução do 25 de Abril de 1974.

Não é contudo apenas o conteúdo que muda, expressando as transformações operadas com o derrube do fascismo e a conquista da liberdade, mas a própria forma da intervenção teórica. Como o leitor poderá constatar, durante o período por este tomo abrangido, que vai de Abril de 1974 a Dezembro de 1975, são fundamentalmente duas as formas de intervenção na luta político-ideológica desenvolvida por Álvaro Cunhal, propiciadas pela possibilidade e pela necessidade de levar junto das largas massas de trabalhadores e do povo a palavra do Partido Comunista Português, emerso da clandestinidade a que o fascismo o condenara.

Com efeito, é na forma do discurso político em comícios abertos aos militantes, aos simpatizantes e à população em geral, e em entrevistas à imprensa nacional e estrangeira de grande circulação, que Álvaro Cunhal fará chegar a palavra de esclarecimento de uma situação em processo de mudança acelerada, a palavra de orientação na procura do caminho certo numa realidade económica, social, política e ideológica complexa e contraditória, a palavra mobilizadora de vontades para uma luta sem tréguas em diversas frentes.

É uma selecção desses discursos e entrevistas que aqui se reúnem, a que se juntaram os seguintes únicos textos formalmente distintos dos anteriores: dois importantes artigos publicados anonimamente no Avante!, e que publicamos por serem aqueles de que o organizador do presente tomo, assim como alguns jornalistas que na altura faziam parte da redacção do jornal, tem um conhecimento directo da sua autoria (1); e as intervenções de abertura e de encerramento do VII Congresso (Extraordinário) do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974.

Quanto aos discursos, aspecto a relevar é o facto de eles se terem realizado nas mais diversas localidades do País (esta representatividade geográfica foi um dos critérios que presidiu à sua selecção, para além da sua importância intrínseca derivada da natureza dos acontecimentos a que se referem e aos quais reagem e respondem); quanto às entrevistas, é o facto de elas abrangerem órgãos da imprensa nacional e estrangeira (revelando neste último caso a projecção na Europa e no Mundo da Revolução portuguesa) de diversas tendências políticas e ideológicas.

Mas não só: se, relativamente ao período que este tomo abarca, os discursos se encontram já praticamente todos reunidos e publicados, as entrevistas, nomeadamente as publicadas na imprensa estrangeira, essas estão longe de estar inventariadas e reunidas. É uma tarefa que requer uma pesquisa demorada. O número de pedidos de entrevistas por parte de jornalistas estrangeiros que Álvaro Cunhal nos revela, mesmo descontando os que possam não ter sido satisfeitos e os que eram dirigidos a outros camaradas, dão-nos bem a dimensão de tal tarefa: «A média dos pedidos de entrevistas por jornalistas estrangeiros foi em 1975 entre 30 a 50 mensais havendo períodos em que atingiu 5 a 10 pedidos diários. Durante a campanha para a Assembleia Constituinte, a Secção Internacional registou 200 pedidos de entrevistas com dirigentes do Partido.» Trata-se, na verdade, de números que constituem «um índice flagrante do interesse internacional pela actividade do PCP» (2).

Os textos coligidos no presente tomo, lidos pela ordem cronológica em que se encontram organizados, oferecem-nos um verdadeiro guia do

(1) Além do acompanhamento de perto que nessa altura fazia da redacção do *Avante!*, — acompanhamento requerido pela complexidade e rapidez da evolução dos acontecimentos a que havia que responder atempadamente e satisfazendo as exigências de responsabilidade do jornal do Partido da classe operária e dos trabalhadores portugueses, protagonista fundamental no processo revolucionário em curso, — Álvaro Cunhal escreveu vários artigos para o *Avante!*, como facilmente se aperceberá quem, conhecedor do seu estilo, leia os artigos e editoriais do jornal. De acordo com os critérios de publicação adoptados para a edição das *Obras Escolhidas*, não incluímos esses textos.

Por dificuldades técnicas facilmente compreensíveis não figuram também nesta edição as numerosas entrevistas e declarações a rádios e televisões, nacionais e estrangeiras, assim como, por maior razão ainda, os debates radiofónicos e televisivos em que participou para os quais a publicação sob a forma de livro não é seguramente o meio mais adequado.

(2) Álvaro Cunhal, *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*, Edições «Avante!», Lisboa, 2.ª edição, 1994, p. 466.

itinerário histórico seguido pelo processo revolucionário, iniciado com o levantamento militar na madrugada libertadora 25 de Abril de 1974 (logo seguido do levantamento popular de massas, o qual, com a sua dinâmica própria, foi muito além das limitações do «Programa do MFA», desencadeando transformações profundas da sociedade portuguesa que vieram a confirmar, no essencial, o acerto dos oito objectivos que o Partido Comunista Português apontara no seu VI Congresso em 1965 para a revolução antifascista, antimonopolista e antilatifundista) e que se prolongou até ao golpe militar da direita e dos moderados em 25 de Novembro de 1975 (com a consequente derrota da esquerda militar e com a dissolução do MFA enquanto componente militar da revolução popular, pondo fim à aliança Povo-MFA como motor da revolução).

Esses textos proporcionam-nos viver (ou reviver) mais de ano e meio de um processo revolucionário, com os seus avanços e recuos, com as suas curvas difíceis e golpes reaccionários e com o rasgar de perspectivas exaltantes de construção de um regime democrático a caminho do socialismo.

Perspectivas que se foram concretizando em conquistas da revolução, as quais, pelo papel determinante que nelas teve a iniciativa das massas populares; pelo seu carácter de emergência para cortar o passo e pôr fim às manobras contra-revolucionárias promovidas pelos monopolistas e latifundiários; pelo seu alcance, criando um sector determinante não capitalista na economia abrindo o caminho do socialismo à revolução democrática — vieram demonstrar a acertada apreensão da dialéctica objectiva da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo em Portugal e a correcção da teoria revolucionária nela alicerçada, orientadora do rumo a imprimir à luta antifascista, que Álvaro Cunhal e o Partido Comunista Português tinham desenvolvido ao longo da última década da ditadura fascista e de que tratámos nos dois tomos anteriores.

O facto de ao levantamento militar dos «capitães de Abril» — iniciativa histórica determinada pela agudização da guerra colonial e da luta contra ela conduzida — se ter seguido imediatamente o levantamento popular mostra que, tal como Álvaro Cunhal repetidamente apontara, era possível unir vastas camadas da população numa base antimonopolista e antilatifundista, conferindo à democracia portuguesa um conteúdo socioeconómico e não meramente formal. A aliança Povo/MFA, motor do processo revolucionário, constituiu precisamente a expressão criadora de uma ampla aliança englobando a classe operária industrial e rural, as massas camponesas, a pequena burguesia urbana e rural, a intelectualidade, a juventude (trabalhadores e estudantes), sectores da média burguesia e camadas nacionais de sentimentos patrióticos, designadamente nas forças armadas. O papel destas últimas não se reduziu à sua participação directa no derrube do fascismo e à sua acção enquanto braço armado da revolução, mas exprimiuiu e foi um factor de mobilização da adesão ao movimento

democrático antimonopolista das camadas da pequena e média burguesias a que os oficiais patriotas pertenciam.

Com todas as contradições internas, geradoras de perigosas crises, essa ampla aliança social original — originalidade que Álvaro Cunhal reiteradamente sublinha nos seus discursos e entrevistas como diferenciadora da revolução portuguesa de outros processos revolucionários — demonstrou a força e possibilidade da ampliação do sistema de alianças do proletariado na sua luta contra o capital monopolista e a propriedade latifundiária capaz de levar à conquista das liberdades e de importantes direitos sociais e políticos, ao estabelecimento do controlo operário, a proceder às nacionalizações dos sectores básicos da economia e à realização da Reforma Agrária na zona do latifúndio.

Na conquista das liberdades, se é certo que foi o MFA que, derrubado o governo fascista, proclamou a sua restauração, não o é menos que foi no exercício imediato da liberdade de reunião e de manifestação, da liberdade dos partidos políticos, da liberdade sindical e dos direitos sindicais, da liberdade de imprensa e de outros órgãos de informação, e com a expulsão dos fascistas das autarquias locais e a eleição popular directa de administrações democráticas, que o povo verdadeiramente as conquistou, fazendo fracassar todas as tentativas de as impedir, limitar ou regulamentar pelas forças reaccionárias e conservadoras anichadas no poder desde o início da revolução.

(Por falar em poder, abra-se aqui um parêntese para chamar a atenção para a importância da participação dos comunistas no Governo Provisório que teve uma das suas razões fundamentais, como acentua Álvaro Cunhal, na «imperiosa necessidade de alargar e reforçar a unidade das forças democráticas e liberais e a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas».

A razão de ser e a eficácia dessa aliança foi comprovada, nos primeiros seis meses da revolução, nomeadamente na resposta a dois golpes contra-revolucionários: o golpe constitucional de 9 de Julho de 1974 de que Palma Carlos foi a face mais visível e no qual, como escreve Álvaro Cunhal, «seria o Conselho de Estado a atribuir plenos poderes ao general Spínola na pessoa do seu primeiro-ministro para que este pudesse organizar em menos de três meses uma mascarada eleitoral que elegeisse o general presidente da República, deixando assim de ser mandatado pela Nação, o que lhe permitiria muito legalmente instaurar uma nova ditadura»; e o golpe de 28 de Setembro, em que agora era a «Nação» (ou a «maioria silenciosa», como diziam os conspiradores) a vir para a rua, «num ambiente de provocação armada, exigir a intervenção salvadora e os plenos poderes do general Spínola», como anota Álvaro Cunhal.

A consideração do caminho do processo revolucionário levaria a que num dos seus artigos no Avante!, em Janeiro de 1975, Álvaro Cunhal não se limitasse a constatar que «A dinâmica do processo da revolução democrática portuguesa assenta em duas componentes: o movimento popular

e o Movimento das Forças Armadas. São duas componentes complementares e inseparáveis.» Mas logo em seguida indicasse, como fundamento da orientação a necessariamente seguir, que «O movimento popular sem o Movimento das Forças Armadas não estaria em condições não só de fazer progredir, como mesmo de assegurar a sobrevivência da democracia. O Movimento das Forças Armadas, sem o movimento popular, poderia talvez deter o poder político, mas jamais construir uma sociedade democrática. A aliança entre as duas componentes é um imperativo para o prosseguimento do processo revolucionário e uma das suas mais características originalidades.» Será uma orientação que Álvaro Cunhal e o Partido Comunista Português nunca abandonarão e em que cuja necessidade incessantemente insistirão ao longo de todo o processo revolucionário, como os leitores poderão comprovar ao longo do presente tomo.)

Fechado o parêntese, voltemo-nos para as outras conquistas da revolução.

Uma década antes do 25 de Abril Álvaro Cunhal previra — e sublinhá-lo-á agora nos seus textos à medida que o que era possibilidade inscrita na dialéctica da realidade se torna tarefa histórica a concretizar na acção — a existência de uma íntima ligação entre os objectivos da construção de um regime democrático e o levar a cabo de profundas transformações económicas e sociais no decurso da revolução, dado o peso não só social mas também económico e político da classe operária, dirigida pelo seu Partido de classe. É o que vão revelar com toda a clareza outras conquistas, além das liberdades democráticas, como foram o controlo operário, as nacionalizações e a Reforma Agrária. Respostas às tentativas reaccionárias de liquidar as liberdades e de reinstaurar uma ditadura, essas conquistas corresponderam simultaneamente à necessidade de salvar a economia do caos (para que o patronato sabotador a empurrava, agravando a situação herdada do fascismo), de melhorar as condições de vida das massas trabalhadoras e de defender e consolidar a democracia pondo fim ao poder dos monopolistas e dos latifundiários.

Detenhamo-nos um pouco na análise que de cada uma delas faz Álvaro Cunhal ao longo dos seus textos.

Evidenciando o seu papel decisivo no processo da Revolução portuguesa, os trabalhadores logo após o 25 de Abril intervieram na vida das empresas, primeiro saneando o grande patronato fascista e os seus agentes directos, passando depois ao controlo operário numa luta corajosa, plena de sacrifícios mas também de esperança no futuro, como nos relata Álvaro Cunhal.

Correspondendo a situações muito concretas nas empresas (fuga do patronato para o estrangeiro, insolvência iminente ou falência, desvios de fundos, tentativas de despedimentos ou encerramento de empresas, destruição ou retirada de máquinas e equipamentos, esgotamento de stocks, cancelamento de encomendas, fraudes e outras formas de sabotagem económica), o controlo operário estabeleceu-se assim sem que o seu âmbito,

objectivos e formas fossem previamente definidos e legalmente reconhecidos (o «princípio do controle organizado da produção pelos trabalhadores» só será claramente afirmado pelo Decreto-Lei n.º 203-C/75 de 15 de Abril).

Através de toda a sua diversidade, respondendo à exigência da situação objectiva, o controlo operário surgiu assim no processo da Revolução portuguesa como defesa dos interesses dos trabalhadores e da economia nacional, saneando o patronato sabotador, assegurando postos de trabalho e a actividade produtiva. Como escreveu Álvaro Cunhal, «enquanto o patronato reaccionário desvia os fundos, anula encomendas, diminui e sabota a produção, conduz as empresas à beira da falência e do encerramento, multiplica os despedimentos e ameaça a totalidade dos trabalhadores com o desemprego — são os operários e empregados que, contra a vontade do patronato, asseguram o funcionamento das empresas, procuram manter postos de trabalho e se esforçam por fazer sair as empresas das dificuldades, assegurando o cumprimento da sua função na economia nacional». Defendendo a jovem democracia portuguesa do fracasso para o qual o capital a queria conduzir, o controlo operário criou simultaneamente condições para as necessárias nacionalizações. Mas dizer isto é pouco. Intervindo no encerramento da I Conferência Unitária de Trabalhadores, em princípios de Fevereiro de 1975, Álvaro Cunhal completará o que falta dizer. Constatando que quase todas as conclusões das comissões tinham apontado que eram necessárias nacionalizações, Álvaro Cunhal não deixará de acrescentar e precisar: «E não apenas nacionalizações. Foi ajuntado alguma coisa mais. Ou seja, que essas nacionalizações somente teriam sentido se fossem sob o controlo, sob a direcção dos trabalhadores. Ora, isto, camaradas, é uma perspectiva de socialismo. E isto não foi apenas afirmado em relação a tal ou tal empresa em dificuldade, mas em relação a muito mais amplos sectores. Quer isto dizer que a classe operária está pronta para o socialismo.»

A vida vinha confirmando e continuaria a confirmar, como veremos, aquilo que Álvaro Cunhal afirmara cerca de um mês antes da Conferência acima referida: «Em toda a política económica na situação política actual uma coisa é necessário nunca perder de vista: nenhuma reforma e medidas para a solução dos grandes problemas nacionais podem ser levadas a bom termo sem a participação criadora das massas trabalhadoras na definição das soluções e na direcção dos diversos sectores da economia nacional.»

Não é, pois, de admirar que no contexto do processo revolucionário em que se processou, a nacionalização dos sectores básicos da economia tenha não só liquidado o poder económico dos grupos monopolistas (o capitalismo monopolista de Estado tinha já sido liquidado com o derrube da ditadura fascista e a nova situação democrática), mas também aberto à democracia portuguesa uma clara perspectiva de um desenvolvimento rumo ao socialismo.

Tal como no caso das outras conquistas da Revolução, foi decisivo na sua concretização a luta dos trabalhadores, quer no plano geral contra

os monopólios quer em particular pela nacionalização de sectores determinados. Instituído um efectivo controlo nas empresas e na banca, os trabalhadores sanearam as administrações comprometidas com o fascismo, denunciaram a sabotagem económica, irregularidades e fraudes levadas a cabo pelos grandes capitalistas, revelaram a sua ajuda directa aos conspiradores reaccionários e a sua própria participação nas conspirações e golpes contra a jovem democracia portuguesa, e reclamaram em poderosas acções de massas as nacionalizações.

(Permita-nos o leitor abrir um novo parêntese a propósito da luta dos trabalhadores na Revolução portuguesa. Na verdade, eles souberam, nas acções e momentos decisivos do processo, conjugar a luta pelas suas justas reivindicações com a recusa das «reivindicações sopradas demagogicamente por reaccionários ou esquerdistas pseudo-revolucionários», souberam «escolher a forma de luta adequada, tendo em conta todas as incidências sociais e políticas da sua acção», para cuja necessidade Álvaro Cunhal — do alto da tribuna do VII Congresso, para dar apenas um exemplo, tendo em conta a sua experiência do movimento comunista e operário internacional, consubstanciada numa concepção marxista-leninista feita de experiência de luta de classes prática e de estudo teórico rejeitando receitas e modelos — alertara. Mais: considerando a situação política concreta, Álvaro Cunhal indicava então aos trabalhadores que «para consolidar as liberdades e prosseguir o caminho para transformações democráticas mais profundas, a força serena e organizada é a mais eficiente». E se, por vezes, o Partido Comunista Português teve que condenar reivindicações irrealistas e greves fomentadas, «não para defesa dos interesses dos trabalhadores, mas para criar dificuldades políticas ao Governo Provisório, para provocar as Forças Armadas, para tentar quebrar a aliança do povo com as Forças Armadas», a consciência de classe dos operários e dos trabalhadores foi capaz, no fundamental do processo revolucionário, não só de não se deixar manipular pelo patronato reaccionário (que sabia muito bem o que queria) como de resistir aos cantos de sereia do verbalismo radicalista de «esquerda» apologista de «acções espontâneas» incondicionadas por parte dos trabalhadores e das massas populares (quantas vezes activamente fomentadas pelos grupos esquerdistas provocatórios) que, só por o serem, logo mereciam o rótulo de revolucionárias, mesmo que as avenidas em linha recta com que os seus próceres acenavam desembocassem rapidamente em ruelas sem saída. Na verdade, aquilo de que ufanosamente se orgulhavam era que tais «acções espontâneas» fossem uma ultrapassagem ou uma vitória, na sua assanhada interpretação sectária, sobre e contra... o Partido Comunista Português!!. O que é espantoso (será?) é que historiadores bem instalados em cátedras universitárias continuem hoje a alimentar tais teses...)

Mas retomemos o fio da nossa exposição.

A tentativa de golpe contra-revolucionário de 11 de Março de 1975 não veio mostrar apenas que a reacção estava disposta a tudo quando

«surgiu com aviões e bombas», não pôs apenas «à vista de toda a gente» que «Spínola estava lá ao lado de outros oficiais», como escreve Álvaro Cunhal. Revelou também insofismavelmente o comprometimento do grande capital na conspiração, tornando assim inevitável que se desencadeasse o processo das nacionalizações (até aí apenas tinham sido nacionalizados os bancos emissores: Banco de Portugal, Banco Nacional Ultramarino e Banco de Angola, em 23-9-1974). Nacionalizações que, começando pela banca e os seguros (decretadas logo no dia 14 de Março de acordo com as decisões da Assembleia extraordinária do MFA realizada na noite de 11 para 12 de Março de 1975), rapidamente se estendeu aos sectores básicos da economia, atingindo no período abrangido pelo presente tomo mais de 200 empresas.

Se o golpe de 28 de Setembro de 1974 confirmara a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas «como eixo político das transformações democráticas do País», o golpe de 11 de Março revelou também a força revolucionária da ampla aliança social de base antimonopolista. Em inteira correspondência com os factos, Álvaro Cunhal podia escrever: «A aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Arma das é uma aliança que se traduz não apenas numa identidade de propósitos, mas em capacidade para defrontar e derrotar a contra-revolução, para tomar medidas revolucionárias, para fazer avançar o processo.»

Por isso novamente lembra que se o Partido Comunista Português de há muito e repetidamente afirmara ser «necessário encontrar para os problemas políticos e económicos as respostas que correspondam às nossas próprias realidades portuguesas, que em todo o caso exigem transformações democráticas profundas das estruturas políticas e económicas», o ulterior «desenvolvimento do processo revolucionário tornou evidente que, em Portugal», constata agora Álvaro Cunhal, «as liberdades se tornaram incompatíveis com o poder económico dos monopólios». As nacionalizações vieram comprovar que a liquidação definitiva do fascismo (os golpes contra-revolucionários mostravam que ele não estava morto e que existia o perigo real da instauração de novo de uma ditadura) e a construção de um regime democrático em Portugal exigiram a liquidação do poder económico dos grupos monopolistas.

Por outro lado, as nacionalizações, não apenas pelo seu peso quantitativo na economia nacional, mas pelo que representaram qualitativamente (tratava-se de sectores básicos, determinantes, da economia), estabeleceram uma ampla base (e há que ter também em conta as numerosas empresas intervencionadas e participadas pelo Estado e as cooperativas formadas em médias e algumas pequenas empresas, num caso e noutro em virtude da sabotagem económica, da falência iminente, da fuga dos patrões, etc.) para o desenvolvimento da economia nacional, em que a dinâmica capitalista deixara de ser determinante e cujo sentido apontava para o socialismo.

Por isso, a tese repetidamente afirmada por Álvaro Cunhal — que tanto assustava a social-democracia, nativa e estrangeira, e o imperia-

lismo — de que em Portugal não haveria «democracia burguesa segundo o modelo da Europa ocidental», de que haveria sim «uma república democrática mas com uma reforma profunda das estruturas económicas e sociais», essa tese tornava-se um projecto político em processo de realização. Eis como Álvaro Cunhal o apresenta e singulariza: «Com estas duas características, a nossa democracia será muito diferente da democracia dos países ocidentais, designadamente dos países capitalistas da Europa, onde existe uma democracia conhecida pelo nome de democracia burguesa e que merece inteiramente esse nome. Nesses países existem liberdades democráticas (sobre as quais aliás há muito que dizer), mas existe também o poder económico dominante dos monopólios. No fim de contas, nesses países, o regime democrático encobre e serve a exploração do povo trabalhador pelo capital monopolista.»

Ora, realizadas as nacionalizações, com a intervenção do Estado nas empresas e com o controlo operário, Álvaro Cunhal podia afirmar que «O poder económico dos monopólios e uma política de desenvolvimento económico a partir do capitalismo monopolista [...] só pela força poderiam ser impostos, só poderiam manter-se com a instauração de um regime de repressão violenta, com uma nova ditadura fascista.» Reflectindo mais tarde sobre esta asserção, Álvaro Cunhal reafirmará que «foi inteiramente justo afirmar que nessa época a restauração do capitalismo monopolista não era possível no quadro então existente da democracia política e da efectiva correlação de forças sociais, políticas e militares. Nessas condições e nessa época só a instauração de uma ditadura reaccionária teria permitido tal restauração.» Mas acrescenta num reconhecimento autocrítico: «É certo que essa tese foi equivocadamente expressa absolutizando de forma intemporal uma realidade da situação ulteriormente ultrapassada.» E prossegue: «É também certo que pecou pela confiança excessiva na possibilidade de derrotar a contra-revolução, de defender e manter as novas estruturas socioeconómicas alcançadas com as nacionalizações e a reforma agrária e pela falta de rigor na previsão do desenvolvimento lento mas progressivo do processo contra-revolucionário.» E conclui Álvaro Cunhal: «Mas não é menos certo que a tese relativa ao carácter inseparável das vertentes económica, social e política da democracia continha uma ideia básica que a realidade comprovou e comprova inteiramente.»⁽³⁾ Não cabe no quadro cronológico do presente tomo fazer a abordagem de tal comprovação. Será feita nos próximos tomos.

Regressemos então à análise de uma outra conquista da revolução: a Reforma Agrária. O que a caracterizou foi o ter sido fundamentalmente obra dos assalariados rurais, do proletariado rural, em correspondência com o seu peso elevadíssimo na população activa agrícola (atingindo os 85% a 90% nos distritos principais em que se realizou) e com o elevado grau de

⁽³⁾ Álvaro Cunhal, *ob. cit.*, pp. 40-41.

combatividade, organização e consciência de classe por ele adquirido já no tempo do fascismo. Como sublinha Álvaro Cunhal, «Ocupando terras incul-tas e abandonadas, cultivando-as à custa de um trabalho insano, exigindo corajosamente medidas de fundo contra os latifúndios, os trabalhadores rurais alentejanos são verdadeiros pioneiros da reforma agrária.»

Na sequência das derrotas da reacção e dos avanços das forças progressistas, os trabalhadores agrícolas deram resposta à necessidade objectiva de resolver os problemas do emprego e da produção. Dirigidos pelo seu Partido, o Partido Comunista Português, tendo podido é verdade contar com o apoio do MFA (apoio que, dadas as contradições do MFA, foi contudo irregular e chegando por vezes as forças armadas a intervir em favor dos agrários ou a manter uma atitude de passividade face às violên-cias destes contra os trabalhadores, como anota Álvaro Cunhal), foi funda-mentalmente graças ao seu heroísmo revolucionário que os trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo conseguiram vencer a resistência encarni-çada não só dos agrários mas também de todas as forças reaccionárias, de todos os sectores conservadores, incluindo os que se mantinham no próprio governo. Tinha razão Álvaro Cunhal quando nessa altura — comentando as opiniões dos que queriam fazer preceder as ocupações de terras de planos governamentais legalistas e burocráticos — dizia que «Se os trabalhadores tivessem ficado à espera, se não tivessem imposto a sua vontade, se não tivessem ocupado as terras por sua iniciativa, se não tivessem lutado contra os agrários, contra a resistência de autoridades, contra as ameaças, ainda hoje não haveria um só metro quadrado de terra entregue aos trabalhadores e, pelo andar da carruagem, estes poderiam esperar dez anos ou um século pela reforma agrária que esta não mais chegaria.»

Resistindo a tudo, desde violentas campanhas de propaganda até acções armadas e operações militares de intimidação, passando pelas tentativas de estrangulamento económico e financeiro; aguentando por vezes longos meses sem receber salários, vencendo a sua própria impreparação técnica e falta de experiência, os denodados trabalhadores da Reforma Agrária alcançaram um feito histórico. Nas palavras de então de Álvaro Cunhal: «Numa região em que predominava a muito grande propriedade agrária, numa superfície que se aproxima de um milhão de hectares, acabou-se com o latifúndio. Os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios camponeses, à custa de uma luta heróica e de um trabalho duro, organizam explorações agrícolas de novo tipo (cooperativas e herdades colectivas). Nessa região aumentam a superfície cultivada e a produção agrícola.»

Um rápido ritmo de desenvolvimento, com formas específicas muito avançadas e originais de organização (como a autonomia de gestão e o pagamento de salários fixos), revelaram o carácter profundamente revoluc-ionário da Reforma Agrária, atribuindo-lhe um objectivo socialista: «Agora, precisamente agora», indica então Álvaro Cunhal, «temos de asse-gurar o caminho para a liquidação da exploração do homem pelo homem

numa vasta extensão de mais de 1 milhão de hectares, que ainda há pouco eram coutadas dos ricos, e terra de desemprego, de fome, de desespero das massas trabalhadoras.»

Não é portanto de admirar, conforme observa Álvaro Cunhal, que se concentrassem contra a reforma agrária «os esforços dos agrários e de todas as forças reaccionárias e conservadoras, incluindo a social-democracia, que pretende liquidar o processo revolucionário e entregar novamente Portugal ao poder dos grandes capitalistas e grandes proprietários.» Será o que os próximos tomos nos mostrarão.

Já atrás nos referimos à aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas. Nessa aliança, acentua Álvaro Cunhal, «o PCP tem um papel insubstituível como partido da classe operária e partido revolucionário com profundas raízes nas massas populares». Em consonância com isso, o nosso autor afirma não ser «possível construir a democracia nem o socialismo em Portugal sem o PCP e muito menos contra o PCP». Esta afirmação não se revestia de qualquer carácter exclusivista, muito pelo contrário: «O PCP sempre fez, faz e fará todos os possíveis (e mesmo os impossíveis) para conseguir unir na acção todas as forças sociais e políticas interessadas no processo democrático, interessadas em levar ao seu termo as tarefas da revolução portuguesa.» Declarações e apelos como este, fá-los-á o Partido Comunista Português em variadas circunstâncias pois resultavam da consideração objectiva de que «Se o Partido Socialista se decidisse à cooperação real com o Partido Comunista, no quadro da aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas, todo o processo da revolução portuguesa estaria extremamente simplificado.» Era por compreender tal facto que, «apesar de a direcção do Partido Socialista parecer incorrigível no seu anticomunismo e nas suas posições e actividades contra o processo revolucionário», diz Álvaro Cunhal, «insistimos em continuar as conversações e em procurar uma base de entendimento».

Só que o principal destinatário desses esforços unitários, o Partido Socialista como é evidente, nunca esteve interessado — dado o seu projecto político e as suas debilidades de implantação na classe operária, nos trabalhadores e suas organizações, no movimento popular — nessa unidade na acção, nessa cooperação, porque ela visava «profundas transformações da economia e da sociedade».

Duas razões levam-nos a não evocar aqui as acções, manobras e calúnias antidemocráticas, anticomunistas e anti-MFA do PS, desde a exigência de exclusão pela Lei Eleitoral do MDP/CDE e do MFA da participação nas eleições à campanha divisionista contra a unicidade sindical (visando fazer com que «cada partido passasse a ter o seu aparelhozinho sindical para desenvolver uma actividade política», o que certamente «não seria favorável nem à luta dos trabalhadores, nem à consolidação da democracia em Portugal»), desde as atitudes dúbias perante as tentativas

contra-revolucionárias às provocações do caso República e do 1.º de Maio de 1975, desde o abandono do IV Governo Provisório visando suster o processo revolucionário e afastar Vasco Gonçalves às suas tentativas para impedir primeiro a formação do V Governo Provisório e para o derrubar depois, desde as manobras neocolonialistas com o objectivo de obstar a que a independência de Angola fosse declarada no dia 11 de Novembro (o não reconhecimento nesse dia da independência de Angola, sob a Presidência de Agostinho Neto veio lançar uma mancha no processo de descolonização, o qual Álvaro Cunhal considerara um mês antes como «uma grande vitória da Revolução portuguesa, um dos grandes aspectos positivos da sua política, que deve prosseguir») à sua participação na preparação do golpe militar contra-revolucionário do 25 de Novembro (e que Mário Soares pretendia que levasse à repressão violenta do Partido Comunista Português, do movimento operário e da esquerda militar, e que impedisse que a Constituição da República elaborada pela Assembleia Constituinte fosse aprovada ⁽⁴⁾), etc., etc. É que, por um lado, parece-nos que seria redundante (além de demasiado longo) repetir as análises desses e de outros factos e acontecimentos a que Álvaro Cunhal procede nos seus textos (embora com uma grande contenção de linguagem); e, por outro, porque em relação a eles dispõem além disso os leitores, nas notas finais que elaborámos, de esclarecimentos e referências bibliográficas complementares quer de obras de Álvaro Cunhal quer de documentos de organismos dirigentes do Partido Comunista Português. Concentremo-nos por isso na caracterização do objectivo estratégico determinante das tomadas de posição e acções tácticas do PS ao longo do processo revolucionário.

Álvaro Cunhal explicitará por diversas vezes com toda a clareza qual era essa orientação estratégica: «O PS gostaria de copiar em Portugal uma democracia burguesa de tipo “ocidental”, dominada de facto pelo capitalismo monopolista.» Ora, era outro o projecto político do Partido Comunista Português consonante com os interesses do povo português: «Não é essa a democracia que queremos em Portugal.» A razão que sustenta tão peremptória declaração de Álvaro Cunhal é tão simples quanto fundamental: «Queremos que a democracia a construir seja para benefício do povo, seja uma democracia não apenas política, mas económica e social.»

Já antes Álvaro Cunhal tinha constatado e prevenido que o processo de democratização tropeçava «com obstáculos que, sem uma estratégia antimonopolista, podem talvez ser ladeados, mas não superados e vencidos, até à Assembleia Constituinte. De pouco servirá adiar o problema. Ele colocar-se-á cada vez com maior nitidez e acuidade. O caminho da democracia no nosso país passa necessária e obrigatoriamente pelo termo do controlo e da direcção efectiva da política económica nacional pelos grupos monopolistas».

⁽⁴⁾ Este e outros aspectos do 25 de Novembro não são referidos por Álvaro Cunhal no presente tomo. Ver a este propósito o que é dito na nota ⁽³¹⁶⁾.

É evidente que da «diferença de perspectivas» acima enunciada entre o PS e o Partido Comunista Português só podiam resultar orientações antagónicas da actividade política dos dois partidos. Como escreve Álvaro Cunhal, «o PC defende o mais amplo agrupamento de forças na luta contra os monopólios, que constituem o mais sério obstáculo à democracia portuguesa, cuja possibilidade está ligada a uma perspectiva socialista. A orientação e a actividade do PS correspondem a um compromisso com os monopólios, tentando ganhá-los para a situação democrática, com uma perspectiva europeia ocidental». Daí a viragem na política de alianças do PS, o qual «em vez de reforçar a sua unidade com o PC, o movimento popular, o MFA, na luta contra a reacção e pelas transformações democráticas profundas que a situação exige», acusa e prossegue Álvaro Cunhal, «voltou-se subitamente para alianças à direita, desencadeou uma campanha anticomunista, pôs em causa o MFA e tentou travar o processo revolucionário».

Era a ruptura na prática da unidade das forças democráticas que Álvaro Cunhal e o Partido Comunista Português sempre consideraram necessário para o prosseguimento do processo democrático, juntamente com a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas. «A razão fundamental dessa ruptura», aponta mais uma vez Álvaro Cunhal, «foi a deslocação para a direita do PS. A sua linha política passou a traduzir como perspectiva política para Portugal o poder económico e político dos monopólios, no quadro duma democracia burguesa e do capitalismo monopolista de Estado. A sua táctica passou a traduzir uma revisão das alianças, convergindo com a direita e com esquerdistas contra o Partido Comunista Português e outras forças revolucionárias. A violenta campanha anticomunista desencadeada foi a melhor expressão dessa viragem.» Mas novamente «fazendo os possíveis e os impossíveis», Álvaro Cunhal não deixa de insistir logo de seguida: «Não desejamos o rompimento que, na actual conjuntura, seria perigoso para o processo democrático. Estamos prontos a encontrarmo-nos com o PS a fim de examinar em comum todos os problemas de interesse comum. Continuamos defendendo a cooperação e a acção de todas as forças interessadas na instauração e na defesa dum regime democrático em Portugal.»

Esforços baldados, porém, que se irão repercutir também grave e perigosamente no MFA. Referindo-se aos avanços revolucionários na sequência da derrota do golpe do 11 de Março, escreve Álvaro Cunhal: «O MFA pronunciou-se pelo socialismo. As medidas revolucionárias foram decididas pelo Conselho da Revolução. Essa é a razão fundamental pela qual o PS ultimamente tem combatido também o MFA e leva a cabo uma grande campanha de intrigas tentando introduzir no MFA factores de divisão.»

Na sua convergência com a direita reaccionária e com as organizações terroristas (não justificou Mário Soares os assaltos e destruições de Centros de Trabalho do Partido Comunista Português no «Verão quente» de 1975 por organizações terroristas como o ELP, MDLP e Maria da

Fonte com a teoria reaccionária «da “rejeição” do Partido Comunista pelo corpo populacional», como lembra Álvaro Cunhal?), na sua aliança com grupos esquerdista provocatórios como o MRPP (não se aliou o PS ao MRRP nas actividades cisionistas em sindicatos como, por exemplo, no Sindicato dos Bancários de Lisboa?) — o PS brandia o trunfo de vencedor das eleições para a Assembleia Constituinte para contestar as realizações revolucionárias já alcançadas, para derrubar o governo de coligação entre as forças políticas democráticas e o MFA (com particular sanha contra um dos grandes obreiros da revolução portuguesa, o general Vasco Gonçalves, cujo afastamento o PS reiteradamente exige) e para se opor à continuação do processo revolucionário. Ora, logo a seguir às eleições Álvaro Cunhal alertara: «Cometeria um sério erro quem pretendesse pôr em causa a Revolução portuguesa e o seu processo original invocando o resultado das eleições para a Assembleia Constituinte.» Foi tal «erro» em que o PS laborou (e os partidos da direita com ele coligados) que levou Álvaro Cunhal a lembrar algum tempo depois que, tendo a Assembleia Constituinte «a missão importante, embora limitada, de elaborar a nova Constituição», conforme estava estabelecido no Pacto MFA-Partidos, seria «ilegalmente desrespeitar acordos e assinaturas» querer «converter a Assembleia Constituinte num Parlamento com poderes relativos à constituição dos governos ou, em menos palavras, num foco da contra-revolução» (5). Num outro texto da mesma altura acrescentará que a Assembleia Constituinte, em vez de «trabalhar na elaboração de uma Constituição» vem desperdiçando «uma boa parte do seu tempo em debates que não são da sua competência» tendo por «objectivo opor o processo eleitoral ao processo revolucionário». E esclarece: «Na revolução portuguesa, como característica original, há dois processos que podem desenvolver-se paralelamente, convergir ou entrar em conflito: o processo eleitoral, cujos métodos foram inspirados pelas democracias burguesas, e o processo revolucionário com uma dinâmica de força, popular e militar.» Porém, ao passo que era desejo dos comunistas «que esses dois processos convergissem ou ao menos se desenvolvessem paralelamente», o mesmo não acontecia com o PS: «Um dos grandes erros do PS», sublinha Álvaro Cunhal, «é querer opor o processo eleitoral e eleitoralista ao processo revolucionário.» E deixa a advertência: «Semelhante orientação arrisca-se a pôr em causa esta característica original da nossa revolução.» Não obstante a advertência, o PS continuou, como veremos, numa linha de confronto com a dinâmica revolucionária assente na aliança Povo-MFA, bem expressa no grito, numa manifestação por si promovida: «O povo não está com o MFA».

(5) Ainda antes das eleições para a Assembleia da República, em meados de Março, Álvaro Cunhal prevenia que «seria profundamente inadequado e errado pretender constituir uma maioria na Assembleia Constituinte com direito a designar, controlar e remodelar ou demitir o Governo Provisório». E em relação ao Pacto MFA-Partidos, nas vésperas das eleições, revelava o que estava já nos projectos do PS e seus aliados: «[...] contestar o acordo assinado, invocando arranjos na Assembleia Constituinte».

A propósito das eleições algumas observações devem ser feitas. O Partido Comunista Português nunca se opôs à realização das eleições nem sequer contestou os seus resultados. Afirmou, isso sim e com razão, que a inexistência ainda «numa grande parte do território» de «condições de real liberdade», tal facto impedia que se pudesse interpretar a votação «como uma manifestação livre da vontade popular à escala de todo o País». Chamou a atenção, isso sim e com razão, para que não existindo nem se perspectivando que existisse «a curto prazo» em Portugal um «regime democrático instituído, onde não haja perigos de golpes reaccionários», em tais circunstâncias as eleições não podiam «constituir um eixo fundamental da vida política e uma fonte determinante de decisões» e que por isso elas se inseriam «no processo revolucionário não como um eixo fundamental, mas sim como um factor complementar, que pode contribuir para a intervenção das mais amplas massas na vida política, mas não pode determinar só por si o curso e as formas das transformações democráticas». Lembrou, isso sim e com razão, que «a operação contra-revolucionária do 28 de Setembro ou a tentativa de golpe do 11 de Março» não foram nem poderiam ter sido derrotadas pelo voto e que «foi a acção decidida das massas populares em aliança com o braço armado da revolução — o MFA» que as derrotou. Sublinhou no mesmo sentido, isso sim e com razão, que «medidas como a nacionalização da banca e dos sectores básicos da economia, ou as expropriações de terras para além de 500 hectares de sequeiro ou 50 hectares de regadio por proprietário» não foram nem poderiam ter sido decididas pelo voto «num curto prazo» e que «foi a luta revolucionária das massas trabalhadoras coroada pelas decisões históricas do Conselho da Revolução» que as tornou uma realidade. Esclareceu, isso sim e com razão, que, podendo as eleições «ser um elemento de primeiro plano no processo revolucionário», contudo elas não poderiam ser confundidas com eleitoralismo, sendo este não apenas «inconciliável com eleições livres», mas significando «mentira, demagogia, acusações caluniosas aos concorrentes, caça ao voto, desaparecimento de escrúpulos políticos», era também «incompatível com a revolução».

Por estas e outras razões que o leitor poderá encontrar ao longo das páginas deste tomo, Álvaro Cunhal concluía que, nas condições históricas de então, seria «particularmente perigoso para a revolução a submissão do processo revolucionário ao processo eleitoral. O processo eleitoral pode e deve inserir-se no processo revolucionário.» E acrescentava de seguida Álvaro Cunhal: «Por muito que desagrade aos reaccionários e oportunistas, a força motora da revolução é a aliança do movimento popular com o MFA. A unidade do MFA e a unidade do movimento popular são as melhores garantias da força de cada uma das duas componentes e da solidez da sua aliança.» E mais uma vez afirmava a sua orientação de sempre: «Pela sua parte e na medida das suas possibilidades, o Partido Comunista Português tudo fará para reforçar a unidade de acção, a cooperação, o entendimento com objectivos práticos, de todos quantos se pronunciam pela construção de

um Portugal democrático a caminho do socialismo.» Só que não era para o socialismo que o PS queria caminhar, embora mentirosamente o declarasse como se veio a provar. O que não constituiu aliás nenhuma surpresa: não alertava Álvaro Cunhal em Abril de 1975 que a «súbita adesão às medidas e à política do Conselho da Revolução e do Governo Provisório» por parte do PS «terá de confirmar-se na prática para se ter por certa»?

Foi o projecto político do PS de espartilhar a revolução numa democracia burguesa em que apenas mudaria a forma de exercício do poder político e não a sua natureza de classe ou, como insistentemente repete Álvaro Cunhal, o «projecto de manter o domínio dos monopólios e latifundiários no quadro de uma democracia burguesa de tipo ocidental», que irá atribuir aos dirigentes do PS «particular responsabilidade na degradação da situação política», no Verão de 1975. Como sublinha Álvaro Cunhal: «Em vez de tornarem o PS um partido defensor dos trabalhadores e das classes médias, participando activamente na construção do novo regime democrático e nas transformações económicas e sociais profundas abrindo caminho para o socialismo, os dirigentes passaram a servir a causa da defesa e da consolidação do capitalismo. Em vez de se aliarem ao MFA, ao PC e a outras forças progressistas, caíram no anticomunismo que faz inveja aos fascistas, e aliam-se à reacção e alargam cada vez mais à direita as suas alianças.» É particularmente significativo que este anticomunismo primário, estas alianças com as forças da direita — patente, por exemplo, na campanha contra o MFA como movimento revolucionário, contra Vasco Gonçalves e pelo derrube do V Governo Provisório — ocorressem simultaneamente com a vaga terrorista do «Verão quente» contra o Partido Comunista Português e os sindicatos.

Se com isso pensavam que o Partido Comunista Português se intimidaria enganaram-se. Em princípios de Novembro de 1975, observa Álvaro Cunhal: «Os dirigentes sociais-democratas talvez se dessem por satisfeitos se o PCP capitulasse perante a pressão da reacção, da social-democracia, do oportunismo de direita e de esquerda e definisse como seu programa a construção duma democracia burguesa em Portugal.» Isso seria, porém, desconhecer a natureza de classe do Partido Comunista Português e a sua ideologia revolucionária. Com a autoridade moral de destacado obreiro do Partido Comunista Português, podia afirmar peremptório Álvaro Cunhal que «o PCP, vanguarda revolucionária da classe operária, partido marxista-leninista, não capitula, não se converte ao social-democratismo, permanece fiel aos interesses e aos objectivos do proletariado, continua considerando como tarefa histórica a revolução socialista, a liquidação do capitalismo, a construção duma sociedade sem exploração do homem pelo homem, a sociedade socialista e depois a sociedade comunista».

O desenvolvimento do processo revolucionário agudizava-se entretanto cada vez mais. O leitor poderá encontrar nas notas finais referências

específicas aos episódios e acontecimentos relativos a essa agudização. Limitar-nos-emos a um sobrevoos genérico.

A nível militar, a «acentuação do sectarismo nos sectores da esquerda», por um lado, e «a formação do Grupo dos Nove, que entra em luta contra aqueles», por outro, vai desembocar numa «cisão do MFA» com a consequente perda da sua autoridade e força, como anota Álvaro Cunhal. Que sublinha: «Na luta contra a esquerda militar, o outro sector procurou apoios e alianças à direita, já fora do MFA, e foi essa aliança que, depois de uma luta muito aguda em que se sucedem as ameaças de golpes e contragolpes, permitiu o pronunciamento de Tancos com todas as suas consequências, entre as quais a formação do VI Governo Provisório, com a hegemonia política PS-PPD.»

A nível civil, intensificando a «sua luta contra o PCP, contra o movimento operário e contra a esquerda militar», escreve Álvaro Cunhal, o PS vai estreitar a sua «aliança com o PPD, vindo depois a participar, ao lado do PPD, do CDS e de reaccionários de todos os matizes, incluindo os do MRPP, em numerosas iniciativas».

Observa Álvaro Cunhal que a reacção, dado «este sistema de alianças à direita», teve «extraordinárias possibilidades para avançar» sem ter necessidade de «se apresentar com o seu próprio rótulo». E sintetiza de forma lapidar: «A reacção militar caminhou na esteira dos Nove e a reacção civil na esteira do PS.»

O golpe militar do 25 de Novembro, com a derrota da esquerda militar e a dissolução do MFA como movimento militar revolucionário organizado culminou a crise político-militar que se vinha desenvolvendo. Considerá-lo «uma “insurreição comunista para a conquista total do poder e a eliminação dos adversários do comunismo”» — são palavras de um deputado socialista em alinhamento com declarações semelhantes da direita reaccionária e seus aliados — é, como diz Álvaro Cunhal, «por um lado completo disparate e por outro incitamento a medidas repressivas contra o PCP».

A verdade sobre a orientação e as iniciativas político-militares do Partido Comunista Português, documentalmente comprovadas, é muito outra.

(Diga-se entre parênteses que bastaria ler a intervenção, na reunião do Comité Central do Partido Comunista Português de 10 de Agosto de 1975, de Álvaro Cunhal — cujo acerto prospectivo é reconhecido mesmo hoje por analistas anticomunistas — para dissipar quaisquer dúvidas sobre elas.)

Ouçamos como Álvaro Cunhal a explicita, numa análise retrospectiva pós-25 de Novembro, no discurso de 7 de Dezembro de 1975 no Campo Pequeno, tribuna de excelência do Partido Comunista Português na sua comunicação directa com os militantes, os trabalhadores e as massas populares que identificavam o Partido Comunista Português como sua vanguarda revolucionária:

— *foi o Partido Comunista Português que «afirmou sistematicamente que um confronto entre forças que têm estado com o processo revolucionário aproveitaria à reacção»;*

— *foi o Partido Comunista Português que se opôs «sistematicamente a uma política que conduzisse à guerra civil»;*

— *foi o Partido Comunista Português talvez «a única formação política que insistiu sistematicamente numa solução política para a crise, numa solução negociada, numa solução de compromisso entre as forças e sectores políticos e militares que têm estado com o processo revolucionário», e fê-lo «mesmo em momentos em que defender uma solução negociada valeu ao PCP críticas e acusações por vezes extremamente violentas de sectores e elementos que não compreendiam o risco que resultaria para a revolução da fractura, divisão e confronto entre tendências diversas do MFA».*

Podemos afirmar sem lugar a dúvidas: foi essa coerência revolucionária — «ao longo dos meses, e já mesmo em cima dos acontecimentos»⁽⁶⁾ — um dos factores que impediu que, desencadeado o golpe, o PS, os partidos da direita e as forças reaccionárias terroristas, levassem por diante o seu objectivo de reprimir e ilegalizar o Partido Comunista Português; outro foi, a percepção dos militares ligados ao Grupo dos Nove e de sectores do PS do perigo que corriam de também eles virem a ser vítimas das alianças espúrias que tinham procurado.

Mas, no processo que levou ao 25 de Novembro, pensamos ser de relevar um outro aspecto que Álvaro Cunhal pormenorizadamente analisa no discurso que temos vindo a citar e para o qual remetemos o leitor: trata-se do que Álvaro Cunhal designa como a «serenidade» e a «orientação responsável» do Partido Comunista Português que evitaram «uma grande tragédia e uma grande e sangrenta derrota do movimento operário e popular», pois a elas se deve «que a classe operária e as massas trabalhadoras em diversos sectores não tenham sido contagiadas pelo verbalismo pseudo-revolucionário e aventureirista». Vale a pena ler a análise que Álvaro Cunhal faz dos elementos e sectores esquerdistas nas Forças Armadas, assim como de grupos esquerdistas civis que neles encontravam protecção e campo de manobra, por duas razões: pelos «danos irreparáveis» que então causaram «a toda a esquerda militar e a todo o processo revolucionário» e por a sua recusa de uma solução político-militar, acompanhada da incapacidade de uma solução militar que insistentemente preconizavam, continuarem a projectar-se fantasmaticamente na mente de historiadores para os quais as revoluções são o produto incondicionado

⁽⁶⁾ Numa nota da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português do próprio dia 25 de Novembro dizia-se: «Na sequência da orientação que tem defendido, o PCP insiste na necessidade de se buscar urgentemente uma solução política para a crise. [...] Tal como sempre, o PCP continua pronto a examinar em conjunto a saída da situação.» (In *Documentos Políticos do Comité Central do PCP*, 3.º volume, Edições «Avante!», Lisboa, 1976, pp. 227-228.)

das mentes esquentadas de minorias revolucionárias e não um processo histórico, cujo desfecho depende da correlação de forças políticas e das condições objectivas de intervenção da classe operária, dos trabalhadores e das massas populares, sob a condução das suas vanguardas de classe solidamente enraizadas.

Com o 25 de Novembro, como refere Álvaro Cunhal, «Criou-se uma situação nova em muitos aspectos radicalmente diversa daquela que existia até 25 de Novembro». Porém, embora «Admitindo alterações de objectivos imediatos, admitindo alterações no ritmo e na dinâmica do processo revolucionário, admitindo alterações nos métodos de organização e de acção», reafirma Álvaro Cunhal que «o PCP continua fiel a dois objectivos essenciais da revolução portuguesa: a construção de um regime democrático com as mais amplas liberdades e a realização de profundas reformas económicas e sociais que abram caminho para o socialismo». Por isso nada valem capciosos lamentos da reacção: «O CDS, o PPD, a direcção do PS, jornais reaccionários estrangeiros», anota Álvaro Cunhal, «todos em coro lamentam a orientação do PCP, lamentam que o PCP não seja um partido comunista de “tipo europeu” (como eles dizem), que não siga uma “linha” semelhante à de tal ou tal partido (1). Segundo dizem, se o PCP adoptasse uma tal linha, não haveria quaisquer dificuldades, o PCP tornar-se-ia um partido “respeitável” e “respeitado” pelo CDS, pelo PPD, pela direcção direitista do PS e pela reacção no seu conjunto.» Já depois do golpe contra-revolucionário do 25 de Novembro, Álvaro Cunhal responde com toda a clareza: «Esta gente não compreende que o PCP existe, não para ser “respeitado” pelos homens do capital, mas para ser respeitado pelo mundo do trabalho, não para servir os interesses que defendem o CDS e o PPD, mas para servir a classe operária e as massas trabalhadoras.»

(1) Não deixa de ser curioso que ao mesmo tempo que prosseguia a sua aliança com as forças da direita no princípio de Outubro de 1975, agitando com o PPD, o fantasma de um pretense golpe de esquerda, o PS anunciava, por intermédio de uma entrevista de Mário Soares ao *Le Monde*, ter convidado para uma reunião partidos comunistas e socialistas de vários países. O que mereceu de Álvaro Cunhal a consideração de que desse o PS «mostras de querer na verdade cooperar com os revolucionários na construção do socialismo e amanhã até pode ser muito interessante juntarmo-nos com os nossos camaradas franceses, os nossos camaradas italianos, os nossos camaradas espanhóis, os socialistas destes quatro países também, incluindo o nosso, e sobre a mesa colhermos experiências e trocarmos impressões sobre os objectivos do socialismo na Europa». Ao mesmo tempo, Álvaro Cunhal não deixou de aproveitar para pôr alguns pontos nos is em relação à atitude de alguns partidos comunistas face à orientação política do Partido Comunista Português. E assim, depois de advertir que se os camaradas italianos pensavam «que talvez fosse bom ficarmos pela democracia burguesa como existe na Itália», a resposta não dava lugar a dúvidas: «nós não queremos»; e igualmente, prosseguia, se os nossos camaradas espanhóis julgavam «que o nosso sistema de alianças deverá ser aquele que eles têm, ainda que não compreendam que nós já avançámos um pouco mais, que já não estamos na fase dos Spínolas», a resposta só podia ser um peremptório: «cabe-nos a nós, e não aos camaradas espanhóis, definir o nosso sistema de alianças».

A esta verticalidade de classe do Partido Comunista Português na defesa dos interesses da classe operária e dos trabalhadores portugueses correspondia, no plano internacional, a intransigente defesa dos interesses do nosso país, como o ilustra a atitude em relação quer à CEE quer ao imperialismo em geral.

No que diz respeito à CEE, para dar apenas um exemplo do pós-25 de Novembro, ouçamos as suas declarações numa entrevista de então. Álvaro Cunhal lembrando que, dada a «fraca capacidade competitiva da nossa indústria e da nossa agricultura», a integração na CEE evidentemente «não seria favorável a Portugal», afirma: «Queremos defender a nossa independência nacional.» E explicita: «As relações com a CEE, do mesmo modo que com os outros países, devem basear-se nos princípios da igualdade, das vantagens recíprocas, da não ingerência, do respeito pela independência e pela soberania nacionais.»

Quanto ao imperialismo em geral, julgamos serem bem esclarecedoras as referências que passamos a enunciar. Álvaro Cunhal, constatando que «O imperialismo toma uma posição muito crítica contra a revolução portuguesa», que se traduz no exercício constante de «pressões políticas», na criação de «dificuldades de financiamento e de mercado externo», na diminuição deliberada da «produção em empresas multinacionais», no levar a cabo «uma intensa campanha alarmista para desanimar os envios de dinheiro dos emigrantes e para diminuir a frequência turística em Portugal»; denunciando «Certos partidos e certos políticos» que «pintam com as cores mais negras a situação da economia nacional para concluir que nada se pode resolver sem ajuda estrangeira, que a ajuda só pode ser dada com garantias [onde é que já ouvimos isto?!], que as garantias são de ordem política e que essas garantias de ordem política envolvem um governo com predomínio PS-PPD e com certa distribuição de pastas, para que o imperialismo saiba que são amigos seus os que irão gerir os recursos enviados para Portugal»; alertando para «as tentativas de ingerência do imperialismo e as condições que ele põe para certas formas correntes de relações comerciais e de cooperação económica» e desmistificando o propalado (também hoje) «auxílio económico» que, sendo feito «com empréstimos a juros muito favoráveis não é bem auxílio económico», mas «no fim de contas uma operação de que se procura tirar rendimentos» — conclui estar o imperialismo «a impor condições lesivas da nossa independência nacional». Daí a sua reafirmação da orientação de que o Partido Comunista Português em circunstância alguma poderia abdicar: «A independência nacional e o reforço da independência nacional é uma condição para podermos construir um Portugal democrático e podermos realizar as reformas de carácter social e económico que nos conduzirão ao socialismo.»

Pensamos não ser necessário sublinhar a pertinência e a actualidade da postura patriótica, identitária do pensamento político de Álvaro Cunhal e da actividade do Partido Comunista Português, antes e depois do 25 de Abril, evidenciadas nas citações que acabamos de transcrever.

Já vai talvez demasiado longo este prefácio. Para terminar achamos ser de salientar que a política contra-revolucionária prosseguida ao longo de mais de três décadas tendo sempre em mira a liquidação das conquistas da Revolução de Abril, confere plena actualidade à afirmação de Álvaro Cunhal de que «A história das realizações, conquistas, valores e lições da Revolução de Abril contém elementos fundamentais da experiência necessária para, na situação actual, optar por um caminho de futuro e confiar naqueles que, falando verdade ao povo, têm mostrado ser capazes de cumprir aquilo que anunciam e prometem.» ⁽⁸⁾

Por isso também no Programa de «Uma Democracia Avançada» — Os Valores de Abril no Futuro de Portugal» (actualização, aprovada no XIX Congresso do Partido Comunista Português em 2012, do Programa de «Uma Democracia Avançada no Limiar do Século XXI originariamente aprovado no XII Congresso realizado em 1988 e no qual o XIV Congresso em 1992 introduzira já alterações) se declara que ela «surge na continuidade histórica do programa da revolução democrática e nacional definido e aprovado em 1965 e dos ideais, conquistas e realizações de valor igualmente histórico da Revolução de Abril» ⁽⁹⁾. *Mais, diz o Programa, o Partido Comunista Português considera que a realização de uma democracia avançada inspirada nos valores de Abril «criará condições propícias a um desenvolvimento da sociedade portuguesa conduzindo ao socialismo»* ⁽¹⁰⁾.

Francisco Melo

⁽⁸⁾ Álvaro Cunhal, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (A contra-revolução confessa-se)*, Edições «Avante!», Lisboa, 1999, p. 322.

⁽⁹⁾ Partido Comunista Português, *Programa. Uma democracia avançada, os valores de Abril no futuro de Portugal*, Edições «Avante!», Lisboa, 2013, p. 52.

⁽¹⁰⁾ *Id.*, *ibid.*, p. 151.

